

TEMER NO F



EDSON CHAGAS

Os estudantes Gabriel Ferreira, Amanda Mello, Luiz Filipe Nunes e Gustavo Inácio avaliam que regras devem mudar, mas trabalhadores não podem ser punidos

# TERCEIRIZAÇÃO E SALÁRIO POR HORA

## Projetos preveem revolução no mercado de trabalho

MIKAELLA CAMPOS  
mikaella.campos@redgazeta.com.br

O governo interino de Michel Temer articula discretamente uma reforma trabalhista. A intenção é flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a partir principalmente dos acordos coletivos, para aumentar a produtividade da economia e reduzir os custos dos empresários ao investir.

Entre as mudanças que devem atingir o trabalhador da ativa está o fim da soberania da CLT, que impede acordos entre empresas e sindicatos. O governo deve usar um projeto de lei em tramitação no Congresso para dar novo tom as convenções ou as negociações coletivas para que estas possam permitir alterações de jornada de trabalho, redução de salários e pagamento do trabalhador por hora produzida.

A reforma em construção prevê ainda que direitos básicos, como férias, 13º salário, licença-maternidade, previdência social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) sejam mantidos. Porém, poderão ser negociados en-

tre empregadores e sindicatos da categoria, o que pode resultar no parcelamento do 13º e redução do intervalo de almoço de uma para meia hora, com alguma contrapartida para os empregados, por exemplo.

As medidas são polêmicas e devem encontrar resistência de trabalhadores e parlamentares. Mas tudo indica que Temer deve usar articuladores políticos para passar as matérias no Congresso com mais facilidade.

Segundo especialistas, Temer indica que projetos, como o que autoriza a contratação de trabalhadores terceirizados nas chamadas atividades-fim das empresas – o que hoje não é permitido – devem ser acelerados no Congresso com intuito de reduzir a taxa de desemprego.

“Essas são as linhas gerais da reforma, mas ainda não há uma proposta fechada. Também não existe definição de quando o texto será enviado ao Congresso. Isso vai acontecer depois dos debates com as centrais. O tema é prioridade para o governo”, dis-

“  
Quando se estabelece um salário igual para todos os funcionários, um acaba trabalhando mais e recebendo menos

ARIDELMO TEIXEIRA  
PROFESSOR DA FUCAPE

se um interlocutor do Planalto ao jornal O Globo.

As mudanças trabalhistas dividem jovens que ainda estão na universidade. Alunos do curso de Contabilidade, na Ufes, Gustavo Inácio (22 anos), Amanda Mello (24), Gabriel Ferreira (20) e Luiz Filipe Nunes (20), pensam que deve ter uma renovação nas regras, porém

acreditam que os cortes não deveriam apenas atingir o empregado.

O professor da Fucape e especialista em Contabilidade, Aridelmo Teixeira, afirma que a atualização das leis trabalhistas ao cenário atual será crucial para tornar o produto brasileiro mais competitivo no mercado internacional.

Ele explica que a CLT, quando entrou em vigor há 80 anos, teve papel importante num momento onde havia vulnerabilidade da população. “Onde existem as menores taxas de desemprego e os maiores salários são nos países como menor rigor nas leis trabalhistas”.

A baixa produtividade do brasileiro é outro argumento para reformular os direitos trabalhistas. O mercado afirma que, ao permitir diferenciação salarial, profissionais que mais dão resultado aos negócios poderão ser compensados financeiramente pelas empresas. “Como as corporações vão cobrar mais produtividade do trabalhador se ela paga salário fixo? É importante reduzir esses custos de contratação para viabilizar a indústria”, opina

o professor de economia do Ibmeq/MG, Felipe Leroy.

A economista-chefe da XP investimentos, Zeina Latif, também enxerga a legislação trabalhista como algo arcaica. “As empresas fogem de contratações para evitar passivos trabalhistas. A CLT é da Era Vargas, num período onde o país não tinha instituições democráticas, época em que o voto não era universal. O país amadureceu, não fazendo mais sentido manter essas estruturas paternalistas que atrapalham o bom funcionamento da economia”, analisa.

Na visão do professor de Direito do Trabalho do Ibmeq/RJ, Ivan Garcia, permitir ajustes para o mercado de trabalho é importantes para atender as peculiaridades de algumas empresas, em especial aquelas que funcionam 24 horas por dia. “Permite-se uma jornada de trabalho adequada a esse negócio. Porém, não podemos dizer que não haverá supressão de direitos”, pontuou acrescentando que a flexibilização pode interferir no desempenho dos trabalhadores. (Com agências)

### PROPOSTAS

#### FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

##### ▼ Acordos coletivos

O projeto de Temer é permitir que acordos coletivos ou convenções se sobreponham a CLT. A ideia é permitir que as empresas aumentem jornadas ou mesmo reduzam salários.

##### ▼ Salário por hora

Entre as principais mudanças em estudo está a autorização para que empresas paguem os trabalhadores por hora trabalhada ou por produtividade.

##### ▼ Direitos

O governo vai garantir ao trabalhador apenas direitos básicos como 13º salário, férias, INSS e FGTS. Porém, eles podem ser negociados, abrindo espaço para parcelamento do 13º e redução do intervalo de almoço.

##### ▼ Sindicatos

Reforma prevê um empoderamento dos sindicatos e devem trazer de volta ao debate o fim do imposto sindical com o intuito de extinguir organizações com baixa representatividade.

#### TERCEIRIZAÇÃO

##### ▼ Em discussão

O projeto de terceirização que havia tomado fôlego ano passado, mas acabou esquecido, deve voltar a figurar como um dos principais pontos de reforma trabalhista. Proposta permite que empresas contratem trabalhadores terceirizados ou empresas individuais para desempenhar as atividades-fim.

TEMER NO PODER

# REFORMA DA PREVIDÊNCIA TERÁ REGRA DE TRANSIÇÃO

## Idade mínima vai variar segundo tempo de ingresso no mercado

⌘ O novo Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, na gestão interina de Michel Temer, Mansueto Almeida, acabou de assumir o cargo e já defende a reforma da Previdência. O economista se baseia em dois argumentos principais: a aceleração no envelhecimento da população brasileira é o efeito da mudança demográfica na sustentação financeira da Previdência.

Tentando reduzir, para depois estancar, a sangria financeira da Previdência, a equipe econômica de Temer está montando uma proposta rígida de reforma.

Está em discussão a fixação de uma da idade mínima entre 65 e 67 anos para todos: homens e mulheres de qualquer carreira, incluindo funcionários públicos e categoria com aposentadorias especiais, como professores.

Para trabalhadores da ativa, estão sendo avaliadas regras de transição entre o modelo atual (que permite a aposentadoria com pouco mais de 50 anos) e o novo modelo (que buscará a aposenta-



ARQUIVO PESSOAL

Mansueto Almeida diz que envelhecimento da população exige mudanças

doria acima de 65 anos).

A ideia geral é criar mecanismos para prolongar a permanência do trabalhador no mercado – por um período curto para quem está prestes a se aposentar pela regra atual e por um prazo

longo para quem entrou há pouco no mercado.

Uma prioridade é acabar com a vinculação ao salário mínimo, medida defendida pela grande maioria dos estudiosos da Previdência.

A reforma vai mexer também com servidores públicos. Avalia-se o fim gradativo de aposentadorias especiais, num período de quatro e oito anos, e o fim da paridade de reajuste para trabalhadores na ativa e

inativos, imediatamente.

Também está em análise a elevação progressiva da taxa de contribuição até o teto permitido pelo Supremo Tribunal Federal, hoje de 14%, especialmente para Estados.

### ALERTA

Hoje, cerca de 12% dos brasileiros têm mais de 65 anos. Em apenas 15 anos, 2030, essa fatia vai quase dobrar e corresponder a 22% da população. Agora, há oito pessoas trabalhando para cada aposentado. Em 2040, serão quatro.

Em outras palavras, alerta o economista Paulo Tafner, especialista no tema: a bomba-relógio da Previdência vai explodir no colo de quem, neste momento, está prestes a se aposentar pelas regras atuais.

O modelo previdenciário brasileiro segue o princípio de um grande bolão. As pessoas contribuem enquanto estão no mercado de trabalho, sustentando quem já saiu e poupando para quando ela mesma receber quando sair.

### REFORMA

#### NOVOS TRABALHADORES

Estuda-se a fixação da idade mínima entre 65 e 67 anos para homens e mulheres, dos setores públicos e privados, incluindo quem hoje tem aposentadoria especial.

#### TRABALHADORES DA ATIVA

O governo avalia fixar a idade mínima de 63 anos para mulheres e 65 para homens que já trabalham. Como os ativos são muito diferentes, estudam-se regras de transição para acomodar as diferenças de tempo de serviço.

A idade mínima, por exemplo, poderia iniciar em patamares mais baixos (60 para homens e 55 para mulheres, como foi a regra adotada para funcionários públicos em 2003) e ir aumentando progressivamente.

#### APOSENTADORIA RURAL

Como só cerca de 9% da população ainda vive na zona rural, a proposta é tornar mais restritiva a regra de acesso e atender apenas quem vive e trabalha em áreas mais arcaicas do campo. Como se trata de uma aposentadoria que tende a desaparecer, o passo a seguir é transformá-la em benefício assistencial.

#### VALOR DE PENSÃO

Avalia-se retomar o projeto defendido pelo ex-ministro Joaquim Levy, que estabelece pensão parcial para viúvas. Discute um percentual entre 50% ou 60% para o benefício básico, com adicional entre 10% e 20% para cada filho menor de idade.

#### ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

Discute-se uma redução progressiva da acumulação integral de pensão, caso o beneficiário receba também aposentadoria. Isso seria exclusivamente aplicado a novas pensões.

#### SISTEMA ÚNICO

Existem hoje múltiplos sistemas previdenciários: o INSS e a previdência federal, estadual e municipal. Discute-se as bases para a integração de todos os trabalhadores em um sistema único.

## Congresso ainda resiste à reforma

⌘ Considerada prioridade na gestão do presidente em exercício Michel Temer (PMDB), a reforma da Previdência não conquistou ainda apoio do Congresso Nacional.

Em conversa com oito dos principais partidos, a avaliação é de que, apesar de reconhecerem a necessidade da medida, nenhum dos líderes no Senado e na Câmara se comprometeu a apoiar a reforma antes de conhecer detalhes da proposta.

Nem os líderes do PMDB declaram apoio integral. “Ainda não chegou a proposta, não tem como saber se vamos apoiar”,

disse o líder da bancada no Senado, Eunício Oliveira (CE). Para ele, a proposta que vem do governo para o Congresso tem um peso maior, porque obviamente o governo terá de fazer algumas concessões. “É natural que mandem uma proposta mais dura, para que se tenha no Congresso alguma parcela de negociação”, disse.

O novo líder do PMDB na Câmara, Baleia Rossi (SP), diz que cada ponto precisa ser discutido exaustivamente. “Não tem como a reforma não ser feita. O País não aguenta, não vamos conseguir pagar essa conta”, diz.

### MINIENTREVISTA

“NÃO HÁ MAIS TEMPO, NEM PALIATIVOS”

Paulo Tafner  
economista

⌘ Segundo o economista Paulo Tafner, especialista em Previdência, a reforma da Previdência precisa cortar despesas desde já. Caso contrário, pode faltar dinheiro para pagar os aposentados lá na frente.

#### Como vê a intenção de se fazer a reforma?

⌘ Já passou da hora de fazer a reforma. Vou dar um dado crucial. O gasto previdenciário, mantida a regra atual, vai crescer todo

ano 5% do PIB. Isso significa que em 10 anos, será 60% maior. Em 15 anos, vai mais que dobrar. Os próximos 20 anos são cruciais. Haverá um intenso processo de envelhecimento. Vai entrar uma quantidade imensa de gente no sistema e não há fonte de arrecadação que banque.

#### Na prática, o que será isso?

⌘ Significa que pode acontecer aqui no Brasil o que aconteceu na Grécia: faltar dinheiro para pagar o aposentado. **Por que defende a adoção da idade mínima para trabalhador da ativa?** ⌘ Sem isso, não haverá efeito financeiro imediato

no sistema para desacelerar o crescimento do déficit. Se a regra da idade mínima valer apenas para novos trabalhadores, o efeito só virá daqui a 40 anos, quando esses trabalhadores estiverem velhos e começarem a se aposentar. **Defende a equiparação da idade de aposentadoria. Há quem considere injusto com as mulheres.**

⌘ Por que injusto? Antigamente, as mulheres cuidavam da casa, dos filhos. Agora elas estão no mercado de trabalho. Além disso, as mulheres vivem muito mais que os homens. Aí vão se aposentar antes que os homens? Por que essa diferença? Não faz sentido.